



ARQUIVO E SUA INTERFACE CULTURAL

Ana Lúcia Tavares de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba
anatavaresmestranda@gmail.com

Jefferson Higinio da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
jeffersonarquivista@gmail.com

Rayan Aramis de Brito Feitoza
Universidade Federal da Paraíba
rayanbritof@gmail.com

RESUMO

Os documentos são produzidos a partir de fins administrativos, vinculados a uma atividade e finalidade do órgão ou pessoa que o gerou. Após avaliados, e recolhidos para a fase permanente, possuem elementos que podem auxiliar e retratar aspectos culturais de um indivíduo, grupo ou sociedade. Com isso, objetivamos neste trabalho apresentar a interface cultural dos arquivos, partindo do pressuposto que os documentos podem contribuir para preservação e entendimento cultural em determinados contextos sociais. Na metodologia, utilizamos abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, através da seleção de artigos científicos e livros para fundamentação da temática estudada. Os arquivos podem ser utilizados com aspectos diferentes da sua produção, mediado por ações culturais frente à sociedade, caracterizando o sentido de “trazer de volta” feições ligadas ao âmbito institucional ou pessoal.

Palavras-chave: Arquivo. Arquivo Permanente. Documento arquivístico. Cultura.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As informações produzidas pelas pessoas ao longo dos séculos, materializadas em diversos formatos, caracterizam especificidades que descrevem os modos e a natureza de elementos sociais da realidade de cada indivíduo (FISCHER, 2009). Nessa conjuntura, podemos contextualizar o documento como componente capaz de proporcionar elementos em determinada situação, após seu recolhimento ao arquivo permanente.

Relacionados aos aspectos culturais produzidos por um povo, os documentos, assim, como afirma Jardim (1995, p. 5), “traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada.”

Associado à memória [...], ao poder de tornar absolutamente presente o tempo passado que ali se inscreve, o documento é ainda o fato no seu sentido único, [...] tudo o que atravessaria uma superfície em busca da verdade e do significado que se situa além dessa camada. (HEYNEMANN, 2009, p. 65).

O documento apresenta-se como fonte de informação, necessitando ser gerenciado através de políticas específicas que possam contribuir para sua visibilidade e promoção, envolvendo fatos ligados à história, identidade, memória e preservação. Além disso, amplia o entendimento do usuário sobre a relevância dos costumes de pessoas, garantindo os direitos e a conservação do patrimônio que compõe uma determinada sociedade.

Nessa perspectiva, objetivamos neste trabalho apresentar a interface cultural dos arquivos, partindo do pressuposto que os documentos quando são direcionados a sua fase permanente ganham elementos diferentes do seu contexto de produção, contribuindo para manutenção e compreensão cultural de um indivíduo, grupo ou sociedade.

Como metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica, que “caracteriza-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente através de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 48). Dessa forma, buscamos aporte teórico para envolver os conceitos e fundamentos da relação entre arquivo e cultura.

Os documentos surgem de maneira a suprir uma necessidade, recordando ações e características em determinado contexto. Rondinelli (2013), ao falar da percepção do documento arquivístico como um meio de lembrança, relaciona ao “chamar de volta” que os produtores atribuem, ou seja, sua “função memorial” das atividades e funcionalidades, seja pelas instituições públicas ou privadas, bem como das especificidades fixadas nos documentos pessoais.

2 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E O SEU VALOR SECUNDÁRIO

O documento arquivístico é aquele produzido por uma pessoa, instituição pública ou privada no decorrer de suas atividades práticas, constituindo-se elemento com funções de prova e informação (DURANTI, 2005; BELLOTTO, 2006). Desse modo, apresenta organicidade e relação com a instituição ou pessoa que o gerou, quando afirmamos relação, imaginemos, por exemplo, um “boletim de ocorrência” que pode estar associado a uma “delegacia de polícia”, ou seja, exibindo competências do órgão. “Se foi produzido no curso de uma atividade intencional e organizada, se foram criados durante o processo de

cumprimento de algum negócio administrativo, legal, ou outro objetivo social, então desfrutam de um potencial de qualidade arquivística.” (SCHELLENBERG, 1956, p. 13).

Os documentos adquirem aspectos que assim podem identificar os campos de forças institucional, tecnológica, política e cultural trazendo características sociais da informação em tempos atuais (FROHMANN, 2008). Por exemplo, na parte inicial da Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, podemos observar a relevância da preservação dos documentos arquivísticos e o seu gerenciamento, em que diz: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, **à cultura**, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. (BRASIL, 1991, p. 1, grifo nosso).

Com a manutenção dos documentos estaríamos promovendo ações que auxiliam no entendimento e construção cultural de um indivíduo, grupo ou sociedade, trazendo subsídios informativos para profissionais de diversas áreas. Porém, os documentos, ganhariam uma participação “histórica” a partir de seu valor secundário, após o processo de avaliação documental.

Os documentos de valor secundário possuem elementos *Probatório*: relacionado ao documento quando prova o funcionamento da entidade e ações de determinado indivíduo; *Informativo*: referente a informações de pessoas, lugares e fatos ocorridos, e *Histórico*: que podem ser objetos de explicação de algum fato antepassado.

Os elementos documentais estão ligados a atividade de avaliação que é realizada pelo arquivista no âmbito institucional, subsidiada em conjunto com outros profissionais. Como afirma Lima (1992, p. 25), “um país sem arquivistas é um país sem Arquivos, e um país sem Arquivos é um país sem Memória, sem Cultura, sem Direitos”. Entretanto, devemos observar a relação da memória atribuída a este contexto:

[...] conceito de memória tende a ser teoricamente referido, quando do processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos, como um dos pilares da arquivologia contemporânea. A este processo e seus determinantes teóricos encontra-se vinculada, por princípio, a constituição dos acervos permanentes/históricos dos arquivos públicos. Estes escolhem, mediante tais diretrizes, documentos considerados socialmente relevantes a ponto de se justificar a sua preservação permanente. (JARDIM, 1995, p. 1).

Lembremos que os documentos são avaliados a partir dos pressupostos que estes assumem com o órgão, são observados os elementos junto ao contexto de produção, considerando permanente os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e

informativo que devem ser definitivamente preservados. Porém, segundo Camargo (2003), devemos ficar atentos quanto a conjuntura que o documento arquivístico assume no âmbito institucional:

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história. No âmbito do funcionamento de uma instituição, com efeito, não resulta de um gesto especial de atribuição de sentido, como ocorre com os documentos de museu; ao contrário, tem caráter evidencial congênito, isto é, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer. (CAMARGO, 2003, p. 1).

Os valores são agregados ao documento vinculado a sua produção, sua estruturação é ligada aos modos e fluxo de uma instituição, as finalidades e ao manejo realizado pela administração das atividades e dos funcionários de cada setor. Posteriormente, esses aspectos podem ser retomados para explicação histórica e cultural, sendo analisados, nessa perspectiva, a partir do entendimento de outros profissionais como o historiador, antropólogo, entre outros.

3 ARQUIVO E CULTURA

Existem várias concepções acerca do entendimento de cultura, entretanto de forma mais holística, podemos caracterizar como uma rede composta por artes, crenças, costumes e hábitos mantidos e produzidos pelo ser humano. Laraia (2004), entende a cultura como um sistema de conhecimento e tudo aquilo que alguém conhece ou acredita para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade.

Sendo os Arquivos produzidos por instituições e pessoas, demonstrando especificidades, práticas e uso de informações registradas nos suportes, mostrando elementos que indicam ações do cotidiano expressado por indivíduos. Gagnon- Arguin (1998), argumenta que a faceta cultural dos arquivos pode ser visualizada através da “memória materializada” que serve a determinada organização intermediada pelo documento. Logo, o sentido de memória relaciona-se ao contexto de prova e lembrança das atividades em certas competências.

Bellotto (2006), explica que esta relação ocorre através dos documentos de fase permanente dispostos na esfera da pesquisa científica e interesse cultural para explicação de

determinado fato analisado por historiadores, jornalistas e outros profissionais diferente dos usuários que produziram os documentos.

Fazendo um aporte na história dos arquivos podemos acompanhar diversos documentos *partícipes* do processo cultural de um povo. Os arquivos encontrados na cidade de Ebla, na Síria, por exemplo, mostravam características de uma organização e manutenção das tradições das pessoas, apresentando aspectos relacionados aos governos, cultivos de plantas, roupas, danças, entre outros atributos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA *et al*, 2002). Enquanto no Arquivo da família real, localizado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro, existem documentos que descrevem especificidades, notas fiscais de objetos que apresentam valores, estrutura e elementos que contribuem para explanação da realidade comercial daquela época. Logo, podemos perceber que *a priori* o documento nasceu em um contexto administrativo e posteriormente ganhou valor histórico.

Os documentos inicialmente são produzidos com fins funcionais, a partir de uma necessidade, atividade ou meio que impulsionou sua criação. Não produzimos documentos com intenção histórica, pois estaríamos fugindo de seu princípio da imparcialidade, porém estes, após selecionados para guarda permanente podem emitir características sociais e culturais, seja no âmbito institucional ou pessoal. Dessa forma, “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um documento da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 1994, p. 545).

Consideremos agora, um órgão como uma universidade pública que produz documentos diariamente, relacionados às atividades meios, junto aos servidores desta instituição, a exemplo: solicitação de férias, transporte, pagamento e outros atributos que surgem em um contexto administrativo compondo documentos de arquivo corrente, os quais são transferidos para o intermediário passíveis de eliminação ou guarda permanente.

Mas o que garante avaliar um documento como digno de continuar preservado permanentemente? O seu elemento probatório e informativo perante às atividades constituintes do órgão ou pessoa. Inicialmente, não estaríamos pensando no documento como histórico, porém com o passar dos anos estes podem possuir estrutura, rotinas e características frente à sociedade.

De acordo com Rousso (1996) os documentos constituem registros que foram produzidos:

[...] por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de fonte que poderia vir assumir mais tarde. (ROUSSO, 1996, p. 87).

Isso também acontece nos documentos produzidos por artistas e grupos de indivíduos que expressam e materializam suas atividades realizadas no seu meio em um suporte. Nesse ponto, podemos perceber a relação cultural quando os documentos se tornam objetos identificados pelo poder público, como de interesse social, considerados como fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Os documentos pessoais, nesse contexto, considerado de interesse público e social, “quando forem transferidos, cedidos ou vendidos, o poder público terá preferência na aquisição, não podendo estes serem transferidos para o exterior” por explicitar qualidades e compor o patrimônio cultural local, regional e nacional.

É preciso considerar, antes de tudo, que os arquivos pessoais são compostos por documentos produzidos por um indivíduo e não estruturado enquanto este se manteve em um cargo governamental, pois assim estaríamos fugindo da ideia de “fundo arquivístico” que são documentos oriundos da mesma proveniência.

Podemos perceber quão amplo são as variações que os arquivos assumem no contexto da cultura, pois, “assim delineado, atende não só a administração e aos direitos individuais - informação e prova -, como também a sociedade.” (MACHADO, 1986, p. 51). Nessa direção, faz-se necessário apresentar as informações contidas nos documentos e difundí-las, publicizando a sua relevância por meio de ações socioeducativas e entretenimento cultural.

3.1 Difusão e Mediação Cultural

Falar de difusão e mediação cultural nos arquivos, nos remetem afirmações enraizadas que estes assumem na sociedade. Podemos perceber que os arquivos em determinados momentos são considerados como locais velhos e espaços menosprezados pela maioria das pessoas, entendimento este, reformulado por alguns profissionais que vêm apresentando nos documentos suas riquezas informacionais muitas vezes silenciadas e desconhecidas.

Nesse contexto, insere-se a difusão e mediação cultural praticada no âmbito dos arquivos, podendo ser realizada pelo arquivista e profissionais de áreas afins, através de práticas que buscam chamar atenção de grupos ou uma dada comunidade, a fim de expor os componentes presentes nos documentos.

De forma ampla, mediação cultural pode ser entendida como um processo de “criar pontes” e utilizar estratégias para que os indivíduos possam compreender a real essência dos arquivos. E, difusão cultural liga-se ao sentido de disponibilizar os documentos. Albadale (2015, p. 20, grifo nosso), apresenta a difusão e mediação cultural como:

Difusão é o processo cujo objeto é a informação que segue a adoção de uma dinâmica emissiva. O objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa on-line, curadoria digital de acervos, homepage institucional, publicações que são produtos de atividades puramente técnicas, divulgação de informações por e-mail e rede sociais. **Mediação Cultural** é o processo cujo objeto é o patrimônio cultural representado pelos arquivos, dirigido com uma dinâmica interativa. O objetivo último é contribuir para a democracia cultural e a democratização da instituição arquivística e do patrimônio arquivístico através da aproximação dos cidadãos com os fundos e com os organismos de custódia. Os produtos da mediação cultural são, por exemplo: exposições, visitas, efemérides, recitais, produções de audiovisual, debates, mostras de arte e concertos.

Os dois entendimentos se interligam e podem ser praticados em conjuntos, seja na preparação dos documentos e criação de instrumentos de acesso que abarquem o todo do arquivo e sua abertura ao público, bem como a criação de atividades culturais pedagógicas realizadas através de aulas expositivas por escolas, criação de grupos teatrais com o contexto histórico dos documentos.

Bellotto (2006), aponta duas formas de ações praticadas nos arquivos: a primeira como fonte educativa e a segunda orientada pela difusão cultural. A autora apresenta experiências internacionais, como por exemplo: os arquivistas alemães que trabalham com agências de turismo contribuindo com a criação de textos, folhetos publicitários, cartazes, mapas, sinalizando o histórico dos documentos.

Portanto, as fontes de informação fixas nos arquivos podem ser direcionadas em um conjunto de programas que visam apresentar de maneira didática a importância dos documentos como patrimônio histórico, fomentando estratégias culturais e memória institucional ou pessoal, com ações e outras compreensões diferente do contexto de produção dos documentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou compreender o arquivo e sua interface cultural, apontando que os documentos têm sua gênese baseada nas funções administrativas, que após sua avaliação e

recolhidos ao arquivo permanente, podem apresentar elementos que contribuem para manutenção da memória organizacional, realçando aspectos históricos e culturais.

Destacamos também que o processo de avaliação realizado pelo arquivista em parceria com outros profissionais parte da premissa do valor de prova entre as transações das atividades realizadas pela instituição e a seleção em conjuntura da mesma. Pois, os documentos não são históricos exatamente quando são direcionados a sua fase permanente, mas posteriormente por destacar relação com artefatos passados em circunstância ao presente.

Entrelaçamos o conceito de cultura com o arquivo, exemplificando alguns contextos em que o documento assume, configurando atividades e ações realizadas, sua memória e cultura. Podemos notar que desde da formação dos primeiros arquivos, como exemplo o edificado na cidade de Ebla, hoje estudado e decifrado, a organização dos documentos partia de um sentido presente junto aos manejos administrativos da época e que atualmente refletem fatos históricos.

Além dos envolvimento que os arquivos assumem com a cultura, destacamos as atividades de medição e difusão realizadas por arquivistas e profissionais que trabalham nos arquivos como meio de disseminação das informações presentes nos documentos. Apontamos ações educativas, criação de instrumentos de acesso e elaboração de trabalhos que visam trazer a comunidade atributos sobre a historicidade dos documentos.

Como isso, é preciso refletir também sobre a função social dos arquivistas em parceria com outros profissionais da informação para realizarem ações de cunho pedagógicos nos arquivos, realizando mediação e difusão cultural para possibilitar a publicização das informações contidas nos documentos e conseqüentemente promover uma ressignificação dos aspectos culturais representados nos documentos junto aos usuários.

Por fim, nossa discussão objetivando apresentar a “interface” do Arquivo e Cultura, nos sinaliza, uma mediação entre ambas as partes. Esta comunicação, foi efetivada partindo do entendimento que o documento de valor secundário inicialmente é classificado permanente por instituir elementos histórico, de prova e informação para instituição, mas que ganharia *status* como participante da cultura e história de um povo a partir da análise realizada por pesquisadores que façam conexão da dimensão dos documentos junto a sociedade.

ARCHIVE AND ITS CULTURAL INTERFACE

ABSTRACT

Documents are produced from administrative purposes, linked to an activity and purpose of the organ or person that generated it. After being evaluated, and collected for the permanent phase, they have elements that can help and portray cultural aspects of an individual, group or society. With this, we aim to present the cultural interface of the Archives, based on the assumption that the documents can contribute to preservation and cultural understanding in certain social contexts. In the methodology, we used a qualitative approach of bibliographical nature, through the selection of scientific articles and books to justify the subject studied. The archives can be used with different aspects of their production, mediated by cultural actions in front of the society, characterizing the sense of "bringing back" and resignified aspects related to the institutional or personal scope.

Keywords: Archive. Permanent Archive. Archival document. Culture.

REFERÊNCIAS

ALBADALE, Tauguara Villena. **Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do espírito santo**. 2015. 222f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Espírito Santo Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 mai. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 5-18, jan./jun. 2005.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R. LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GAGNON-ARGUIN, Louse. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTRE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. A história e os arquivos: anotações à margem dos documentos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 60-71, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/3313/2423>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LIMA, Maria João Pires de. Os arquivistas, a formação, a profissão. **Cadernos do Bad**, Lisboa, v. 2, p. 21-27, 1992.

MACHADO, Helena Corrêa. **Arquivos: política, administração, cultura**. São Paulo: Cenadem, 1986.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTRE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Modern archives: principles and techniques**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SILVA, Armando Malheiro da [et al]. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.